

MOÇÃO DE PESAR nº 9148/2007

Votos
Antônio

O deputado abaixo assinado requer, após tramitação regimental, sejam consignados de Pesar pelo falecimento do Senador Carlos Peixoto de Magalhães.

Com o desaparecimento físico de Antônio Carlos Magalhães – ACM, ocorrido no dia 20 de julho de 2007, na cidade de São Paulo, o mundo político brasileiro, – particularmente o universo político baiano – sofreu uma perda irreparável. A trajetória luminosa do grande líder certamente será, em futuro não muito distante, objeto de estudos e de pesquisas, pois que a História sempre realça os grandes homens, registrando para a posteridade seus feitos e glórias.

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador, Estado da Bahia, no dia 4 de setembro de 1927, filho do casal Francisco Peixoto de Magalhães Neto e Helena Celestino de Magalhães. O pai, médico e professor, foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1934, e Deputado Federal, de 1935 a 1937, quando perdeu o mandato após o golpe desfechado por Getúlio Vargas, no episódio que na historiografia nacional ficou conhecido como Estado Novo.

Seus estudos primários foram feitos inicialmente no Externato Santo Antônio Maria Zacarias, no Rio de Janeiro, e concluídos na Escola Jesus Maria José, nesta capital. O curso ginasial teve lugar no então Ginásio da Bahia (atualmente Colégio Central) e ainda secundarista (1943) ACM passou a compor os quadros do extinto jornal *Estado da Bahia*, onde desfrutou da amizade e da confiança de Odorico Tavares, um de seus diretores. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se na turma de 1952, da qual vem a ser o orador. A ciência médica, contudo, não lhe desperta maiores interesses, preferindo seguir a carreira política.

Pela antiga União Democrática Nacional (UDN), e contando com a ajuda de Juraci Magalhães, ex-interventor na Bahia e na época incontestável liderança política no Estado, ACM é eleito Deputado Estadual, ocupando naquela oportunidade a presidência da Comissão de Finanças e também é escolhido líder de sua bancada. No pleito seguinte, 1958, pela mesma agremiação partidária, passa a Deputado Federal, e faz cerrada oposição ao governo de Jânio Quadros, que viria a renunciar em agosto de 1961. Renova

o mandato federal nas eleições de 1962 e em 1964 apóia o golpe militar que derrubou o então Presidente de República João Goulart.

Com a edição do Ato Institucional n.º 2, em 27 de outubro de 1965, os partidos políticos então existentes são dissolvidos, criando-se o sistema bipartidário, onde, de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), dá sustentação ao governo então vigente, e, do outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lhe faz oposição. ACM filia-se à Arena, reelege-se em 1966, adquire plena confiança dos militares e, por via indireta, em fevereiro de 1967 torna-se Prefeito de Salvador.

A capital baiana sofre grande transformação em seu aspecto urbano, quando são abertas diversas avenidas, centenas de ruas são pavimentadas e todo o município se transforma num imenso canteiro de obras. ACM é consagrado como o “Prefeito do Século”. O trabalho desenvolvido o credencia a ser nomeado Governador do Estado, em 1971, pelo então Presidente General Emílio Garrastazu Médici.

À frente do Executivo Estadual impõe seu estilo e realiza obras de suma importância para a modernização da Bahia. Concluído o mandato em 1975, no ano seguinte é nomeado para a presidência da Eletrobrás. Em 1979, o Presidente da República General Ernesto Geisel o nomeia para um segundo mandato de Governador. Em 1980, com a criação de novos partidos políticos, filia-se ao Partido Democrático Social (PDS), que também aglutinava forças situacionistas.

No ano de 1981, já pensando no processo sucessório estadual, escolhe o ex-Prefeito de Salvador e Presidente do Banco do Estado da Bahia – Baneb, Clériston Andrade, como seu candidato ao governo. ACM vem a sofrer duro golpe, vez que, poucos dias antes das eleições, o indicado vem a falecer em acidente aeronáutico que choca toda a Bahia, juntamente com outros correligionários.

Mostrando possuir invulgar tino político, aliado a enorme popularidade, em poucos dias arregimenta a coligação partidária que o apoiava, indica João Durval Carneiro como substituto e seu candidato é eleito.

Quando o Congresso Nacional reúne-se para escolher o novo Presidente da República, ACM rompe, finalmente, com o regime militar e empresta seu apoio à candidatura de Tancredo Neves, em oposição ao candidato situacionista, Paulo Maluf. Por motivos de saúde, Tancredo Neves vem a falecer antes de tomar posse (março de 1985), assumindo em seu lugar José Sarnei, que nomeia ACM como Ministro das Comunicações.

Em novembro de 1986, nas eleições estaduais, ACM vem a sofrer sua primeira derrota nas urnas, quando seu candidato perde para Waldir Pires. Entretanto, para reverter a situação desfavorável, nas eleições seguintes, em 1990, ele próprio se lança candidato ao Executivo Estadual, saindo vencedor. Redemocratizado o Brasil, nas primeiras eleições presidenciais que se

realizam vem a apoiar o candidato Fernando Collor de Melo, que vence Luís Inácio Lula da Silva. Em 1994, apóia a vitoriosa candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República e é eleito Senador. Nessa Casa Legislativa vem a ocupar sua Presidência, em 1997.

O ano de 1998, contudo, lhe faria sofrer o maior de todos os golpes – o falecimento de seu filho Luís Eduardo Magalhães, Deputado Federal, e tido como seu herdeiro político. Esse doloroso acontecimento o faria sofrer por toda a vida.

Em 2002, retorna ao Senado, onde desempenha seu mandato com invulgar destaque, até que na fatídica manhã de 20 de julho de 2007 vem a falecer no Instituto do Coração, em São Paulo, cercado pela admiração popular, pelo respeito de seus pares e pelo carinho da família.

Extinguia-se, naquele instante, uma vida, mas o exemplo de homem público competente e dedicado aos interesses da Bahia tornava-se mais evidente, sobretudo pela falta de quem preencha tamanho vazio em nossa vida política.

Este parlamentar, que teve a honra de desfrutar da amizade do insigne homem público, manifesta nesta oportunidade, mais uma vez, sua gratidão ao Grande Benfeitor da Bahia, ressaltando a seriedade com que sempre desempenhou os mais diversos cargos públicos em todos os níveis – municipal, estadual e federal, e apresenta à família enlutada os seus mais sentidos pêsames.

Dê-se conhecimento desta MOÇÃO DE PESAR aos seus familiares, na pessoa da viúva. D. Arlete Magalhães, e dos Deputados Federais Antônio Carlos Magalhães Neto e Paulo Magalhães, à Prefeitura Municipal do Salvador, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, à TV Bahia, ao jornal Correio da Bahia e à Academia de Letras da Bahia, da qual o extinto era membro.

Sala das Sessões, 23 de julho de 2007

Aderbal Fulco Caldas
Deputado Estadual